

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Economia

Tipo notícia: Artigo

Página: A5

Data de publicação: 17/09/2026

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

Categorias: CIEAM | FIEAM | Polo Industrial de
Manaus | Suframa

Valoração: R\$ 33.413,70

FIEAM **SESI** **SENAI** **IEL**

ELEIÇÕES 2026

Nosso compromisso com o futuro do Amazonas'O setor produtivo assume sua parte na construção de uma economia mais moderna, interiorizada, socialmente próspera e capaz de proteger a floresta'Luiz Augusto Barreto Rocha Presidente do Conselho Superior do CIEAM - Follow Up 17.09.2026O Amazonas chega a uma nova etapa de sua história econômica com uma conquista importante e uma responsabilidade ainda maior. A reforma tributária preservou a competitividade da indústria instalada na Zona Franca de Manaus, depois de uma mobilização que reuniu entidades empresariais, trabalhadores, bancada parlamentar e instituições públicas. Essa segurança, construída coletivamente, oferece tempo e condições para investir. Também nos obriga a decidir que futuro pretendemos construir até 2033 e nas décadas seguintes.Defender o que foi conquistado continuará sendo indispensável. A longa transição do novo sistema tributário exige acompanhamento técnico permanente, articulação política e vigilância institucional. Entretanto, a proteção dos diferenciais competitivos só encontrará seu sentido pleno se servir de base a um projeto de desenvolvimento capaz de alcançar a população, reduzir desigualdades e preparar o Estado para as mudanças tecnológicas, climáticas e produtivas que já estão em curso.O setor privado amazonense conhece a dimensão de sua responsabilidade. Estamos dispostos a seguir investindo, gerando empregos, formando pessoas, incorporando tecnologia e aumentando a produtividade. Queremos ampliar as parcerias com universidades, institutos de ciência e tecnologia, centros de pesquisa e poder público, aproximando o conhecimento produzido na Amazônia das necessidades da indústria e das oportunidades abertas pela biodiversidade. Pesquisa, desenvolvimento e inovação precisam deixar de ocupar uma posição lateral e passar a orientar a transformação de nossa base produtiva.Essa aproximação deve adensar cadeias industriais, atrair novos empreendimentos e criar pontes entre o Polo Industrial de Manaus e a economia da floresta. Bioativos, alimentos, fármacos, cosméticos, materiais renováveis, tecnologias digitais e soluções climáticas são campos nos quais o Amazonas reúne conhecimento, ativos naturais e capacidade empresarial. Seu aproveitamento responsável depende de pesquisa continuada, segurança jurídica, proteção do patrimônio genético, crédito, infraestrutura e regras que permitam repartir benefícios com as comunidades e os territórios de origem.A modernização do Polo Industrial de Manaus integra essa agenda. Precisamos estimular inovação, digitalização, eficiência energética, qualificação profissional e maior presença de fornecedores regionais. A indústria deve avançar em produtividade e sustentabilidade, reduzir desperdícios, apoiar a formação técnica e abrir espaço para novos talentos. Esse movimento fortalece a competitividade das empresas e amplia a capacidade do Amazonas de oferecer trabalho qualificado às novas gerações.O desenvolvimento, contudo, permanecerá incompleto enquanto a prosperidade estiver concentrada na capital. O desequilíbrio entre Manaus e o interior aparece nas dificuldades de acesso à energia confiável, conectividade,

saneamento, saúde, educação, crédito e mercados. Interiorizar requer mais do que transferir atividades econômicas. Exige planejamento territorial, regularização fundiária, assistência técnica, ciência aplicada às realidades locais, fortalecimento de pequenos negócios e infraestrutura compatível com a geografia dos rios e da floresta. As empresas podem contribuir comprando de fornecedores do interior, apoiando cadeias produtivas responsáveis, compartilhando conhecimento, formando empreendedores e participando de projetos que deem escala e acesso ao mercado à produção local. Mas essa disposição precisa encontrar políticas públicas estáveis, coordenação entre os níveis de governo e instrumentos financeiros adequados ao tempo da Amazônia. O produtor, a cooperativa e a comunidade não podem continuar isolados entre a riqueza potencial de seus territórios e a dificuldade cotidiana de transportar, beneficiar, certificar e comercializar o que produzem. A logística é uma parte decisiva desse compromisso. As secas recentes mostraram que a vulnerabilidade dos rios alcança o abastecimento das cidades, a vida das comunidades e o funcionamento das fábricas. Portos precários, rodovias limitadas, manutenção insuficiente das hidrovias e ausência de planejamento integrado elevam custos e ampliam riscos. O enfrentamento desse quadro pede estudos consistentes, monitoramento, obras tecnicamente justificadas, planos de contingência e decisões que considerem segurança da navegação, eficiência econômica, populações ribeirinhas e integridade ambiental. O setor produtivo está pronto para participar dessa construção, oferecendo dados, experiência operacional, capacidade de planejamento e cooperação institucional. Esperamos do poder público prioridades claras, fontes de recursos, responsabilidades definidas, prazos e mecanismos de acompanhamento. A infraestrutura amazônica não pode permanecer submetida à improvisação de cada estiagem. Ela precisa ser tratada como uma política permanente de desenvolvimento regional e adaptação climática. A proteção ambiental atravessa todas essas escolhas. A floresta em pé é parte da segurança climática, hídrica e econômica do Amazonas. Conservá-la exige fiscalização e presença do Estado, mas também alternativas reais de renda para quem vive no interior. Uma economia baseada em ciência, manejo responsável, serviços ambientais e uso sustentável da biodiversidade pode aproximar prosperidade e conservação, desde que seja construída com as populações locais e disponha de mercado, tecnologia e financiamento. Nosso compromisso é reconhecer a relação direta entre produção e bem-estar social. Emprego, investimento, produtividade e arrecadação sustentam a capacidade do Estado de oferecer serviços à população. Ao mesmo tempo, educação, saúde, saneamento, segurança e qualidade urbana são condições para uma economia mais competitiva. Essa reciprocidade deve orientar as parcerias entre empresas, governos, universidades e sociedade civil, com metas verificáveis e resultados que possam ser acompanhados pelos cidadãos. É com esse entendimento que propomos um pacto pelo Amazonas. Um compromisso que preserve a Zona Franca de Manaus, modernize sua indústria, conecte o conhecimento científico à produção, enfrente os gargalos logísticos, faça o desenvolvimento alcançar o interior e transforme a proteção da floresta em oportunidade digna para sua população. Ao poder público cabem coordenação, planejamento e políticas consistentes. Ao setor privado cabem investimento, inovação, responsabilidade social e ambiental e participação ativa nas soluções. O Amazonas não precisa escolher apenas uma de suas vocações. Além de ser industrial, é também florestal, científica, tecnológica e profundamente amazônica. A prosperidade que buscamos será medida pela capacidade de produzir mais conhecimento e valor, distribuir oportunidades pelo território e conservar os recursos que sustentam a vida. O setor produtivo está preparado para fazer a sua parte e para cobrar, com a mesma disposição, que cada instituição assuma a responsabilidade que lhe corresponde. (*) Follow é publicada sob a responsabilidade do CIEAM às quartas, quintas e sextas-feiras, no Jornal do Ctmmtm do Amazonas, com a coordenação editorial de Alfredo Lopes, do portal <https://brasilamazoniaagora.com.br>*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Follow-Up
EMPRESARIAL

CIEAM
CENTRO DA INDÚSTRIA DO
ESTADO DO AMAZONAS

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

"O setor produtivo assume sua parte na construção de uma economia mais moderna, interiorizada, socialmente próspera e capaz de proteger a floresta"

Luiz Augusto Barreto Rocha
Presidente do Conselho Superior do
CIEAM - Follow Up 17.09.2026

O Amazonas chega a uma nova etapa de sua história econômica com uma conquista importante e uma responsabilidade ainda maior. A reforma tributária preservou a competitividade da indústria instalada na Zona Franca de Manaus, depois de uma mobilização que reuniu entidades empresariais, trabalhadores, bancada parlamentar e instituições públicas. Essa segurança, construída coletivamente, oferece tempo e condições para investir. Também nos obriga a decidir que futuro pretendemos construir até 2033 e nas décadas seguintes.

Defender o que foi conquistado continuará sendo indispensável. A longa transição do novo sistema tributário exige acompanhamento técnico permanente, articulação política e vigilância institucional. Entretanto, a proteção dos diferenciais competitivos só encontrará seu sentido pleno se servir de base a um projeto de desenvolvimento capaz de alcançar a população, reduzir desigualdades e preparar o Estado para as mudanças tecnológicas, climáticas e produtivas que já estão em curso.

O setor privado amazonense conhece a dimensão de sua responsabilidade. Estamos dispostos a seguir investindo, gerando empregos, formando pessoas, incorporando tecnologia e aumentando a produtividade. Queremos ampliar as parcerias com universidades, institutos de ciência e tecnologia, centros de pesquisa e

poder público, aproximando o conhecimento produzido na Amazônia das necessidades da indústria e das oportunidades abertas pela biodiversidade. Pesquisa, desenvolvimento e inovação precisam deixar de ocupar uma posição lateral e passar a orientar a transformação de nossa base produtiva.

Essa aproximação deve adensar cadeias industriais, atrair novos empreendimentos e criar pontes entre o Polo Industrial de Manaus e a economia da floresta. Biotivos, alimentos, fármacos, cosméticos, materiais renováveis, tecnologias digitais e soluções climáticas são campos nos quais o Amazonas reúne conhecimento, ativos naturais e capacidade empresarial. Seu aproveitamento responsável depende de pesquisa continuada, segurança jurídica, proteção do patrimônio genético, crédito, infraestrutura e regras que permitam repartir benefícios com as comunidades e os territórios de origem.

A modernização do Polo Industrial de Manaus integra essa agenda. Precisamos estimular inovação, digitalização, eficiência energética, qualificação profissional e maior presença de fornecedores regionais. A indústria deve avançar em produtividade e sustentabilidade, reduzir desperdícios, apoiar a formação técnica e abrir espaço para novos talentos. Esse movimento fortalece a competitividade das empresas e amplia a capacidade do Amazonas de oferecer trabalho qualificado às novas gerações.

O desenvolvimento, contudo, permanecerá incompleto enquanto a prosperidade estiver concentrada na capital. O desequilíbrio entre Manaus e o interior aparece nas dificuldades de acesso à energia confiável, conectividade, saneamento, saúde, educação, crédito e mercados. Interiorizar

requer mais do que transferir atividades econômicas. Exige planejamento territorial, regularização fundiária, assistência técnica, ciência aplicada às realidades locais, fortalecimento de pequenos negócios e infraestrutura compatível com a geografia dos rios e da floresta.

As empresas podem contribuir comprando de fornecedores do interior, apoiando cadeias produtivas responsáveis, compartilhando conhecimento, formando empreendedores e participando de projetos que deem escala e acesso ao mercado à produção local. Mas essa disposição precisa encontrar políticas públicas estáveis, coordenação entre os níveis de governo e instrumentos financeiros adequados ao tempo da Amazônia. O produtor, a cooperativa e a comunidade não podem continuar isolados entre a riqueza potencial de seus territórios e a dificuldade cotidiana de transportar, beneficiar, certificar e comercializar o que produzem.

A logística é uma parte decisiva desse compromisso. As secas recentes mostraram que a vulnerabilidade dos nós alcança o abastecimento das cidades, a vida das comunidades e o funcionamento das fábricas. Portos precários, rodovias limitadas, manutenção insuficiente das hidrovias e ausência de planejamento integrado elevam custos e ampliam riscos. O enfrentamento desse quadro pede estudos consistentes, monitoramento, obras tecnicamente justificadas, planos de contingência e decisões que considerem segurança da navegação, eficiência econômica, populações ribeirinhas e integridade ambiental.

O setor produtivo está pronto para participar dessa construção, oferecendo dados, experiência operacional, capacidade de planejamento e cooperação institucional. Esperamos

ELEIÇÕES 2026

Nosso compromisso com o futuro do Amazonas



do poder público prioridades claras, fontes de recursos, responsabilidades definidas, prazos e mecanismos de acompanhamento. A infraestrutura amazônica não pode permanecer submetida à improvisação de cada estagium. Ela precisa ser tratada como uma política permanente de desenvolvimento regional e adaptação climática.

A proteção ambiental atravessa todas essas escolhas. A floresta em pé é parte da segurança climática, hídrica e econômica do Amazonas. Conservá-la exige fiscalização e presença do Estado, mas também alternativas reais de renda para quem vive no interior. Uma economia baseada em ciência, manejo responsável, serviços ambientais e uso sustentável da biodiversidade pode aproximar prosperidade e conservação, desde que seja construída com as populações locais e disponha de mercado, tecnologia e financiamento.

Nosso compromisso é reconhecer

a relação direta entre produção e bem-estar social. Emprego, investimento, produtividade e arrecadação sustentam a capacidade do Estado de oferecer serviços à população. Ao mesmo tempo, educação, saúde, saneamento, segurança e qualidade urbana são condições para uma economia mais competitiva. Essa reciprocidade deve orientar as parcerias entre empresas, governos, universidades e sociedade civil, com metas verificáveis e resultados que possam ser acompanhados pelos cidadãos.

É com esse entendimento que propomos um pacto pelo Amazonas. Um compromisso que preserve a Zona Franca de Manaus, modernize sua indústria, conecte o conhecimento científico à produção, enfrente os gargalos logísticos, faça o desenvolvimento alcançar o interior e transforme a proteção da floresta em oportunidade digna para sua população. Ao poder público cabem coordenação, planejamento e políticas consistentes.

Ao setor privado cabem investimento, inovação, responsabilidade social e ambiental e participação ativa nas soluções.

O Amazonas não precisa escolher apenas uma de suas vocações. Além de ser industrial, é também florestal, científica, tecnológica e profundamente amazônica. A prosperidade que buscamos será medida pela capacidade de produzir mais conhecimento e valor, distribuir oportunidades pelo território e conservar os recursos que sustentam a vida. O setor produtivo está preparado para fazer a sua parte e para cobrar, com a mesma disposição, que cada instituição assuma a responsabilidade que lhe corresponde.

(*) Follow é publicada sob a responsabilidade do CIEAM às quartas, quintas e sextas-feiras, no *Jornal do Commercio* do Amazonas, com a coordenação editorial de Alfredo Lopes, do portal <https://brasilamazonia.org.br>.

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR. Lopes. cieam@cieam.com.br

Impresso:

<https://amazonclipv2.s3.amazonaws.com/impessos/2026/09/17/Ny0xNy0wOS0yMDI2XzA3OjM2.png>